

Discurso Ministro da Administração Interna

XVI Congresso da Associação Nacional de Freguesias

(ANAFRE)

Viseu, 28 de janeiro de 2018 | Pavilhão Multiusos

Senhor Presidente da Associação Nacional de Freguesias, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Poder Local, Senhores Autarcas, Senhores Deputados, Caros convidados.

Enquanto representante do Governo, e enquanto cidadão, gostaria de afirmar que é para mim uma honra e um motivo de alegria estar mais uma vez em Viseu, e sobretudo estar com os Autarcas de Freguesia, nesta Sessão de Encerramento.

Queria ainda saudar todos aqueles que foram eleitos neste Congresso, sublinhando a responsabilidade que recai sobre todos os Autarcas de Freguesia eleitos no passado dia 1 de outubro.

As freguesias são a primeira porta de relação dos portugueses com os poderes públicos. Em muitos locais, onde o abandono do interior fechou a dependência bancária, o serviço de correios, em que se esqueceu que aí existem portugueses, em que foi desertificada aquela que é a base da nossa matriz territorial, o autarca de freguesia é a primeira, às vezes a última, a única voz do Estado junto de quem está por perto.

As mais de três mil freguesias que hoje existem são, no nosso quadro democrático, no nosso modelo de organização do Estado, uma experiência que valoriza a dimensão de proximidade, um modelo singular com pouco paralelismo noutros países europeus.

Esta dimensão de proximidade e de participação faz com que cada cidadão saiba quem é a sua ou o seu presidente de junta, quem são os seus autarcas de freguesia, onde os contactar, como reivindicar, como os apoiar solidariamente e como participar na defesa dos interesses das populações,

Não pode haver mais dúvidas sobre questões cruciais que urgem ser trabalhadas e cujo adiamento é, invariavelmente, justificado com base em fundamentos sobranceiros que não dão o verdadeiro cumprimento ao que está consagrado na Constituição da República, ou seja o princípio do respeito pela autonomia local, pela descentralização democrática da Administração Pública e pelo efetivo princípio da subsidiariedade.

O que Portugal tem provado, e o que este Congresso prova, é que as freguesias fazem todo o sentido.

Das zonas rurais e mais isoladas do país, à freguesia de Campo de Ourique, em Lisboa, está aos olhos de todos que o papel das freguesias é um desafio que a todos deve mobilizar, principalmente no atual momento.

O início de um novo mandato autárquico é um tempo de ponderação, mas também de exigência rumo à descentralização.

E foi esse o caminho que já fizemos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual conduziu às decisões do Conselho Geral e às deliberações do último Congresso de Portimão.

É esse o caminho que estamos a fazer com a Associação Nacional de Freguesias, um trabalho intenso, desenvolvido ao longo de dois anos, que permitiu uma exemplar parceria assente na responsabilidade, na transparência e na exigência.

De sublinhar que este foi um diálogo assente na confiança, o qual produziu bons resultados no processo de avaliação da reorganização territorial das freguesias, na definição de condições para uma profunda descentralização e na concretização de uma proposta de Lei de Finanças Locais. Saímos deste Congresso com a responsabilidade de concretizar este caminho, sempre com base no diálogo.

Este é um mandato de trabalho que, estou certo, o Governo e a Assembleia da República assumirão como prioridade absoluta nesta sessão legislativa.

Mais descentralização, mais responsabilidade, porque sendo Portugal um país de direitos, temos de compreender que as autarquias locais merecem a nossa confiança. Portugal teve em 2017 o ano de maior crescimento económico deste século, o mais baixo défice da nossa democracia e uma evolução muito positiva da dívida pública, sendo que as autarquias locais encontram-se no melhor lado desta história de sucesso.

As autarquias são hoje um setor da administração pública que se destaca pela sua capacidade de obter os melhores resultados orçamentais, de contribuir decisivamente para o relançamento do crescimento e investimento (superiores a 40%) e, sobretudo, para uma dimensão de proximidade que ficou bem patente nos dias terríveis de junho a outubro do ano passado.

Os presidentes de juntas estiveram na primeira linha, junto dos seus, junto das populações, mostrando que são a voz do Portugal inteiro.

É por isso que não há mais desculpas para adiar a descentralização.

Desejamos o fim das hesitações, aquelas que têm feito com que ao fim de 40 anos de democracia, o nível de participação das autarquias na receita pública seja pouco mais de 14%, quando a média europeia é 15%.

As hesitações que nos levam a que ao fim de 40 anos de Democracia o nível de emprego público local seja de 17%, quando a média europeia é de 35%.

Queremos mais descentralização, mais recursos humanos e financeiros, mais responsabilidade, porque, a nível local, é possível fazer mais e melhor com os mesmos recursos e com melhor fiscalização dos dinheiros públicos, transparência democrática e melhor prestação de contas

As mais de três mil freguesias são um parceiro fundamental neste caminho de descentralização, ao receberem competências diretas do Estado e dos municípios, porque também ao nível municipal deve haver descentralização.

As experiências existentes devem ser consolidadas com estabilidade, com competências próprias, com contrato de exercício delegado e sem discriminação.

É preciso provar que, ao nível local, a subsidiariedade pode querer dizer que a freguesia faz melhor que o Estado, mas também, muitas vezes, faz melhor do que o município.

É com esta convicção que vivemos: um tempo único, um tempo que, tal como Sua Excelência o Presidente da República tem reiterado pública e sucessivamente, o empenho e a prioridade política que constitui o processo de descentralização.

Tal como o Primeiro-Ministro tem dito reiteradamente, a descentralização é a verdadeira pedra angular da Reforma do Estado Português, sendo que os anos em que assumiu a presidência da Câmara de Lisboa reforçaram decisivamente essa convicção.

É tempo de não encontrar mais razões para que tudo continue na mesma. É tempo de, decisivamente, construir convergências para aprofundar um modelo que, no próximo Congresso da ANAFRE, possa ser alvo de avaliação.

Não posso deixar de recordar aqui a dramática experiência dos incêndios florestais do último ano, sobretudo os de junho e outubro, que atingiram significativamente o Distrito de Viseu, com a perda de vários concidadãos.

Esta tragédia obriga Governo, autarcas, instituições públicas, empresas públicas, cidadãos, a estarem à altura das legítimas exigências do momento.

Sabemos todos que, desde 2008, existem regras muito claras em matéria de defesa da floresta contra incêndios, as quais estabelecem a obrigação de limpar os terrenos 50 metros em torno de cada habitação e 100 metros em torno de cada unidade industrial ou aglomerado populacional.

Sabemos que esta exigência recai em primeiro lugar sobre os proprietários e, em segundo lugar, sobre todas as instituições que, tantas vezes, foram votadas ao esquecimento.

A única forma de estarmos à altura das responsabilidades que sobre todos nós recaem, é fazer tudo o que está ao nosso alcance para limitar a sua trágica dimensão.

É preciso chegar ao próximo Verão com a consciência tranquila de que fizemos tudo, mas mesmo tudo o que era possível, para prevenir e para preparar esse tempo.

Há 10 anos, numa vida política anterior, lembro-me de ter acordado com o nosso então Presidente da ANAFRE, Nuno Vieira, o programa de colocação, em 750 freguesias de maior risco, de Kits de primeira intervenção.

Temos de fazer um fortíssimo apelo a todos os portugueses, porque é tão simples: à volta de cada casa limpemos 50 metros, à volta de cada aldeia limpemos 100 metros, à volta de cada fábrica limpemos 100 metros.

Garanto-vos que da parte do Estado, das Forças e Serviços de Segurança, haverá todo o empenho nesta missão.

Queria saudar as freguesias e os municípios que estão na primeira linha da divulgação destas ações de prevenção, um pouco por todo o País.

Já este fim de semana, tiveram lugar ações desse tipo em Castelo de Paiva, em Valongo e Portimão.

Podemos discutir se aprovamos uma lei mais cedo ou mais tarde, se os recursos financeiros chegam no primeiro trimestre, no segundo ou eventualmente só no terceiro, mas a única coisa que não podemos evitar é que o próximo Verão chegue em Junho.

Nada pode ficar como dantes e nada pode ser deixado para mais tarde. Nenhuma vítima, nenhuma família perdoará desculpas de bom jurista. Ninguém nos desculpará com a resposta de que “já apliquei a coima, já instruí o processo de contra ordenação, já pus o edital, ou já fiz a notificação”.

Tudo isso será juridicamente corretíssimo, tudo isso terá a plena base legal, mas isto não chega para salvar uma vida. E por isso, há que determinar que as empresas concessionárias das autoestradas limpam essas vias, que a concessionária de ferrovia limpa a ferrovia, que cada um limpa o seu terreno, e que iremos trabalhar intensamente, a partir do início de fevereiro, diretamente com as freguesias com base no levantamento que acabámos de fazer sobre as áreas de maior risco do país.

Neste levantamento foram identificados 189 municípios, 1049 freguesias e 9800 aglomerados, do Continente, os quais são de prioridade efetiva.

Sabemos que os presidentes de junta são o primeiro parceiro, porque quando, em cada freguesia falarmos destas localidades, destes aglomerados, o presidente de junta de freguesia sabe onde é que ficam, quem lá vive, de quem é o terreno, e ele será o melhor parceiro para defender o que é seu. É por isso também que precisamos de trabalhar com todas as freguesias.

Iremos concentrar-nos nestas áreas de maior risco e para isso teremos de usar aquilo que são mecanismos nacionais. A efetiva dispensa do chamado requisito da posse administrativa.

Três dias depois dos dramáticos incêndios de outubro, dizia-me um senhor presidente de junta: “Eu antes dos incêndios até tentei limpar o terreno, mas o dono apareceu e até ameaçou chamar a Guarda Nacional Republicana”.

O que eu vos garanto é que isso não vai acontecer. Queremos que o presidente de junta seja o primeiro parceiro da limpeza e a Guarda Nacional Republicana ajudá-lo-á na prevenção e no cumprimento da Lei.

Este desafio nacional que mobiliza todos demonstra que teremos de ter nas freguesias os grandes parceiros para o desenvolvimento. Também por isso, saúdo o clima de convergência sobre a questão da reorganização territorial das freguesias. Nesta matéria, como noutras, o que o Governo fará é cumprir o seu programa.

O Governo e a Associação Nacional de Freguesias avaliaram um processo que foi realizado a régua e esquadro, um processo realizado genericamente, que não envolveu as autarquias. Verificamos como, quer o Relatório produzido pelo

Governo, quer o relatório produzido pela Associação Nacional de Freguesias, chegam a conclusões muito próximas.

Existe um pouco de tudo: existem situações efetivamente desejadas que funcionam bem, existem situações em que a capacidade de trabalhar em conjunto permitiu reconhecer ganhos de eficiência, que hoje devem ser interiorizados e aplicados naquilo que são as suas virtualidades, e existem situações completamente absurdas que assentaram no próprio desconhecimento territorial e no desprezo pela voz das populações. O que queremos fazer é uma Lei-Quadro que coloque cada coisa no seu plano e que dará a voz aos autarcas. É essa proposta que neste semestre apresentaremos na Assembleia da República para que se volte, nesta matéria, à normalidade democrática. Isto é, regras estáveis de organização do território, abandonando a discussão de se devem haver mais ou menos freguesias.

A questão decisiva é saber: para que queremos as freguesias? Com que competências? Que tipo de relação devem ter com as populações?

Também aqui tenho a certeza que, primeiro com a Assembleia da República, mas sobretudo convosco, encontraremos o caminho para sermos um Portugal inteiro.

Saio deste Congresso com a firme convicção: as freguesias portuguesas estarão à altura daquilo que é a confiança dos portugueses. Para os municípios em que se integram, para o Governo, para a Assembleia da República, mas sobretudo para os portugueses.

As freguesias serão os parceiros fundamentais para um país mais solidário, mais coeso, mais descentralizado, onde não existe medo de ouvir a voz de quem está mais perto.

Pelas Freguesias, por um Portugal inteiro!